



Salário mínimo

R\$ 1.100

Dólar
Na quarta-feira

R\$ 5,110
(▼ 1,31%)

Últimas cotações (em R\$)

Data	Cotação
21/julho	5,207
22/julho	5,191
23/julho	5,210
26/julho	5,174
27/julho	5,177

Euro
Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 6,053

Capital de giro
Na quarta-feira

6,76%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

4,91%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Mês	Inflação (%)
Janeiro/2021	0,25
Fevereiro/2021	0,86
Março/2021	0,93
Abril/2021	0,31
Maió/2021	0,83

GOVERNO / Estimativa da Associação Contas Abertas, feita a pedido do **Correio**, mostra que pasta do Trabalho e Previdência levará 66% dos recursos orçamentários hoje controlados pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, que perde força na estrutura de poder

Novo ministério vai gerir R\$ 807,2 bilhões

» AUGUSTO FERNANDES
» ROSANA HESSEL

O presidente Jair Bolsonaro oficializou a criação do Ministério do Trabalho e Previdência, ontem, com a publicação de uma medida provisória no Diário Oficial da União. A nova pasta do governo, que será comandada por Onyx Lorenzoni, terá um dos maiores orçamentos da Esplanada. Uma estimativa feita pela Associação Contas Abertas, a pedido do **Correio**, prevê recursos de, pelo menos, R\$ 807,2 bilhões para as ações do ministério.

A entidade levou em conta os valores autorizados no Orçamento de 2021 para o Ministério da Economia e que serão destinados aos órgãos que ficarão subordinados à nova pasta. Integram a nova pasta o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que tem um dos maiores orçamentos e o maior quadro de pessoal do ministério chefiado por Paulo Guedes.

Com a mudança, o Posto Ipiranga do governo Bolsonaro perde importância estratégica. Uma das medidas essenciais para a retomada da economia — uma política voltada para combater o aumento expressivo do desemprego, que atinge 15 milhões de pessoas — ficará sob a responsabilidade de Onyx Lorenzoni.

Outros órgãos, como o Fundo Nacional de Previdência Complementar, o Fundo do Regime Geral de Previdência Social e mais fundos previdenciários, devem ir para a nova pasta, que deverá responder por 66,7% dos recursos autorizados para a Economia.

Segundo o levantamento da Contas Abertas, dos R\$ 3,4 trilhões de recursos autorizados no Orçamento para a Economia neste ano, a maior parte, R\$ 2,2 trilhões, são referentes à gestão da dívida pública. Do R\$ 1,2 trilhão restante para o orçamento direto sob a responsabilidade de Guedes, o ministro ficará com apenas R\$ 400 bilhões, em razão do desmembramento da pasta. “Esses dados são estimativas. Em termos de valores, a Economia vai encolher, pois o

Evaristo Sa/AFP - 3/4/20



Onyx Lorenzoni terá orçamento robusto e programas de forte impacto social

» Dívida pública cresce 3% em junho

O estoque da Dívida Pública Federal teve aumento nominal de 3,07%, passando de R\$ 5,171 trilhões, em maio, para R\$ 5,329 trilhões, em junho, de acordo com relatório divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional. A Dívida Interna (DPMFI) teve o estoque ampliado em 3,29%, ao passar de R\$ 4,940 trilhões para R\$ 5,103 trilhões, em consequência da emissão líquida de R\$ 133,43 bilhões de novos títulos, e da apropriação de juros ao estoque no valor de R\$ 29,36 bilhões. Já o saldo da Dívida Externa (DPFe) caiu 1,77%, em relação a maio, encerrando junho em R\$ 226,67 bilhões (US\$ 45,31 bilhões).

grosso do dinheiro vai para o Trabalho e Previdência, porque inclui as aposentadorias do INSS e os fundos previdenciários e do trabalhador”, destacou o secretário-geral da Contas Abertas, Gil Castello Branco.

O especialista lembrou que será preciso transplantar a estrutura administrativa que estava dentro da Economia. Além disso, será instituída um novo escalão de servidores no novo ministério, que ainda precisará contar com carro e motorista para o ministro, e outros órgãos administrativos. Isso vai “na

contramão do discurso de Paulo Guedes de buscar economizar gasto público com uma estrutura unificada para os cinco ministérios que foram fundidos”, destacou Castello Branco.

Críticas

O analista Lucas Fernandes, coordenador de análise política da BMJ Consultores Associados, também está convencido de que a criação do Ministério do Trabalho e Previdência é mais uma medida de enfraquecimento de Guedes, apesar do discurso do

Esplanada ampliada

Veja como será a estrutura do novo ministério do governo



De acordo com a MP que instituiu o Ministério do Trabalho e Previdência, a pasta ficará responsável pelas seguintes áreas

- Previdência
- Previdência complementar
- Política e diretrizes para a geração de emprego e renda e de apoio ao trabalhador
- Política e diretrizes para a modernização das relações de trabalho
- Fiscalização do trabalho, inclusive do trabalho portuário, e aplicação das sanções previstas em normas legais ou coletivas
- Política salarial
- Intermediação de mão de obra, formação e desenvolvimento profissional
- Segurança e saúde no trabalho
- Regulação profissional
- Registro sindical

Orçamento bilionário

Pelas estimativas da Associação Contas Abertas, recursos da nova pasta devem somar, pelo menos, R\$ 807,2 bilhões, considerando valores autorizados no Orçamento deste ano.

*Dados de junho de 2021

Fontes: MP 10.058/2021 e Contas Abertas/Ministério da Economia

O ministério será composto pelas seguintes estruturas

- Conselho de Recursos da Previdência Social
- Conselho Nacional de Previdência Social
- Conselho Nacional de Previdência Complementar
- Câmara de Recursos da Previdência Complementar
- Conselho Nacional do Trabalho
- Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
- Até quatro secretarias

Funcionários ativos*

Número estimado para a nova pasta: **23.520**

Total geral de servidores do Ministério da Economia: **94.464**

governo de que a agenda liberal não está sendo comprometida. O desemprego também é outro fator crítico.

“Apesar de a economia dar sinais de que está conseguindo se recuperar, a popularidade do presidente não deslança e o desemprego está muito alto”, alertou Fernandes. Ele acrescentou que há dúvidas sobre o discurso da austeridade fiscal e o compromisso de não adotar medidas populistas que impliquem em aumento de gastos com as eleições se aproximando. Para ele, o orçamento ro-

busto da nova pasta ajudará Lorenzoni a ter projeção nacional para concorrer às eleições ao governo do Rio Grande do Sul no próximo ano.

No Congresso, a ampliação da quantidade de ministérios foi criticada. Durante a campanha, Bolsonaro prometeu reduzir o número de pastas de 29 para 15, mas agora já tem 23 ministérios sob a sua gestão. “A recriação do Ministério do Trabalho é um retrocesso. Acomodações políticas fazem parte do jogo, especialmente, em nosso sistema presidencialista. No

entanto, a volta desta pasta é de péssimo simbolismo, pois remete ao varguismo, a origem de muitos de nossos males”, avaliou o deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR).

O deputado Bohn Gass (PT-RS), líder do partido na Câmara, reclamou que a criação da pasta “não é para gerar emprego nem para garantir respeito a quem trabalha”, mas, sim, “para manter os votos do Centrão contra um eventual impeachment” de Bolsonaro. “Toma-lá-dá-cá, veja política e chantagem”, criticou o parlamentar.

MP do Bolsa Família no forno

» ISRAEL MEDEIROS

O programa de transferência de renda do governo federal que substituirá o Bolsa Família deverá começar a vigorar a partir de novembro, segundo disse ontem o ministro da Cidadania, João Roma. Segundo ele, o governo planeja fixar “o maior valor possível” para o benefício destinado à população de baixa renda. Roma não cravou um valor, mas disse que os R\$ 300 citados pelo presidente Jair Bolsonaro são viáveis e que o pagamento pode ser “até maior”.

“O presidente falou em um aumento de cerca de 50% do valor atual (do Bolsa Família). Nós pretendemos que chegue a isso e, talvez, até mais, mas tudo isso vai depender do entendimento, inclusive com a área econômica, no momento oportuno. Neste primeiro momento, o que nós precisamos fazer é a reestruturação dos programas. Existe toda uma operacionalização a ser feita”, afirmou, após uma reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

“A reunião com o ministro Guedes foi para tratar da finali-

zação da reestruturação dos programas sociais do governo Bolsonaro, que nós pretendemos apresentar até o início do mês de agosto, através de uma medida provisória. Queremos fortalecer o programa de transferência de renda, ampliando a quantidade de beneficiários, mas tornando esses programas mais tornados em programas de proteção para a população em situação de vulnerabilidade, como também propiciando novas ferramentas para que essas pessoas possam alcançar uma melhor qualidade de vida”, disse.

Datas

João Roma detalhou que a ideia do governo é criar um único programa que deve unir iniciativas já existentes, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e incluir projetos de capacitação profissional dos beneficiários. O ministro pontuou que o pagamento do auxílio emergencial será feito até outubro.

Em novembro deve entrar em vigor a reformulação dos programas sociais do governo, com o início dos pagamentos pelas novas regras.

Evaristo Sa/AFP - 24/2/21



Segundo João Roma, benefício será o “maior possível” e pode superar R\$ 300